



SPZC disponível para a negociação

As medidas que têm vindo a ser assumidas pelo Governo são um sinal positivo. Ainda que a reposição parcelar dos salários vá em sentido oposto ao Tribunal Constitucional, a eliminação da Bolsa de Contratação de Escola é um dos exemplos de que é importante ultrapassar entropias que em nada contribuem para o bom funcionamento das escolas e a dignidade dos docentes

O Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC) regista as decisões políticas que este Governo anunciou e que têm vindo a ser objeto de implementação legislativa, nomeadamente no que concerne à reposição parcelar dos rendimentos da Administração Pública, à extinção da CES e ao restabelecimento de alguns feriados nacionais.

Sem embargo das posições atempadamente publicitadas relativamente à nossa discordância da reposição parcelar dos salários, uma vez que não foi esse o entendimento do Tribunal Constitucional, a verdade é que se assiste com este Governo à abertura de uma janela de esperança que vemos como um sinal positivo.

Na área da Educação é com expectativa que aguardamos a nossa participação na discussão de matérias que consideramos de assaz importância e que o novo ministro entende colocar na negociação com os parceiros educativos.

Registamos por isso com agrado a morte anunciada da malfadada Bolsa de Contratação de Escola (BCE), que só por teimosia tecnocrática se manteve durante os últimos anos.

Por outro lado, o SPZC está esperançado que esta nova equipa ministerial inverta a política autocrática e autista que tem sido seguida na educação na última década.

Urge que seja devolvido aos docentes e às escolas a sua alma, que tão copiosamente foi amarfanhada por plúrimos atores e normativos que transformaram os segundos em organizações burocráticas e os primeiros em subservientes mangas de alpaca educativos.

O SPZC está determinado e não deixará de continuar a reivindicar que um novo olhar sobre a Educação se traduza em decisões concretas, privilegiando nomeadamente o trabalho direto com os alunos em detrimento das funções administrativas, a diminuição do número de alunos por turma, e uma alteração do regime da aposentação decorrente do reconhecimento do especial desgaste físico e psíquico associado à profissão docente.

Coimbra, 7 de janeiro de 2016
Dep. Informação, Imagem e Comunicação-DIIC

